

21/08/2012 - Desastres naturais: São Paulo possui mais de 400 áreas em risco

Dados do IPT, Instituto de Pesquisas Tecnológicas, mostram que a capital possui diversos pontos críticos. Tema será amplamente discutido no 46º Congresso Brasileiro de Geologia. Assunto está em pauta com o lançamento em agosto do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais do Governo Federal que promete investimento de R\$ 18 bilhões na prevenção de acidentes

As chuvas de verão começam e junto com elas chegam as notícias de tragédias em diversas cidades do país. Alagamento, deslizamento de terra, casas soterradas, famílias que perdem o que levaram a vida inteira para construir, vidas que se perdem. O roteiro é conhecido e a reprodução das imagens na grande imprensa já se tornou um cardápio comum no final do ano. A lista de tragédias é grande e atinge o Brasil, de Santa Catarina ao Rio de Janeiro, passando por São Paulo.

A cidade de São Luiz do Paraitinga, a 182 km da capital, sofreu uma de suas maiores tragédias há dois anos. As chuvas que caíram naquele janeiro de 2010 destruíram não só parte do patrimônio histórico da cidade fundada em 1769, como obrigou quase 90% da população a abandonarem suas casas por conta da inundação.

Marcelo Gramani, geólogo do IPT, especialista em desastres naturais, começou trabalho de mapeamento na cidade junto com outros técnicos do Instituto para evitar que uma calamidade como a de 2010 volte a acontecer. Identificamos 17 pontos de escorregamento. A situação sempre foi complexa aqui na região de São Luiz do Paraitinga, mas a última inundação passou dos limites suportáveis, explica.

Para evitar essa e outras situações corriqueiras durante o período de chuvas no Brasil, o Governo Federal lançou o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, conjunto de ações que prevêem mapeamento de áreas de risco e monitoramento, alerta e resposta a desastres. Segundo o Ministério da Integração Nacional, o orçamento previsto para o plano é de R\$ 18,8 bilhões, a serem investidos até 2014. De acordo com a pasta, o governo contratou R\$ 27,6 bilhões em ações de prevenção entre 2007 e 2012. As ações preventivas visam também preservar o meio ambiente e abrangem 821 municípios que concentram o maior número de ocorrências em todo país.

Resolver a questão dos desastres naturais é complexo e envolve diversos fatores, principalmente uma maior fiscalização do poder público e consciência da população menos privilegiada que procura áreas de risco para construir. Para Gramani, um dos principais pontos é a falta de legislação. Remover construções irregulares de terrenos privados é relativamente fácil, o dono chama a polícia e consegue algum resultado, a situação fica complicada quando se trata de áreas públicas, explica.

Prevenir ainda é o melhor remédio quando se trata de evitar tragédias e desastres naturais. O Plano Preventivo de Defesa Civil é um recurso utilizado no estado de São Paulo desde a tragédia no verão de 1987-1988 na Serra do Mar, com vítimas fatais em Cubatão e Ubatuba. Não é a toa que o plano entra em operação anualmente entre dezembro e março, época onde a chuva nessa região é constante. O PPDC monitora cerca de 120 municípios, incluindo cidades do litoral e do interior do estado.

O IPT presta serviço para prefeituras na busca de soluções para evitar novas tragédias. Durante todo o ano, realizamos mapeamentos para esses municípios e também fazemos capacitação de equipes. Durante o Congresso vamos discutir esses assuntos, com foco, principalmente, nos deslizamentos. Depois vamos levar os participantes ao campo, no caso, o Morro da Caneleira, em Santos para por em prática todos os conhecimentos ali discutidos. O geólogo explica que a medição das áreas de riscos pode ter quatro variações, de R1 a R4, sendo a última, o nível mais alto de gravidade e risco. Para avaliar uma localidade, os técnicos dividem o espaço em diversos setores. Atualmente, a cidade de São Paulo possui cerca de 400 áreas em risco que variam entre o nível R1 e o nível R4. Só é possível diminuir o número de acidentes com o congelamento de algumas áreas, ou seja, evitando que as pessoas construam nesses locais e com investimentos visando obras de prevenção, compra de equipamentos e o monitoramento as áreas. Para isso, só mesmo o poder público pode fazer alguma coisa, completa Gramani.

O IPT criou um vídeo educativo para orientar profissionais e moradores de áreas de riscos na cidade de Mauá (SP). Informação e educação são pontos importantes quando se trata de prevenção de acidentes naturais.

46º Congresso vai debater desastres naturais

Assuntos como este, divulgação de novos dados nos mais variados setores da geologia, serão debatidos e integrados na programação do 46º Congresso Brasileiro de Geologia e 1º Congresso de Geologia dos Países de Língua Portuguesa que acontece na cidade de Santos, de 30 de setembro a 5 de outubro, no Centro de Convenções do Grupo Mendes.

Marcelo Gramani, do IPT, e Fernando Kertzman, da consultoria Geotec, são os coordenadores do Simpósio sobre Geologia de Engenharia, Ambiental e Planejamento que vai discutir os Riscos geológicos e desastres naturais, Avaliação de impactos ambientais e recuperação de áreas degradadas, respectivamente, no dia 1/10, das 8h30 às 16h30 e 4/10, das 8h30 às 16h30 e 05/10, das 8h30 às 11h40, na Sala Mercúrio. O Simpósio também conta com os assuntos Planejamento urbano, rural e gestão territorial e Geologia em projetos e obras de engenharia.

SERVIÇO

O quê: 46º Congresso Brasileiro de Geologia/ 1º de Geologia dos Países de Língua Portuguesa

Quando: de 30 de setembro a 5 de outubro de 2012

Onde: Santos (SP) Brasil (no Centro de Convenções do Grupo Mendes, localizado na Avenida General Francisco Glicério n° 206)

Mais informações: <http://www.46cbg.com.br>

Time Press Comunicação Empresarial 